

Pedidos de favores aborrecem Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

De público, o presidente José Sarney não se queixa nem se queixará. Em particular, de vez em quando, desabafa, como ontem, a um de seus mais chegados assessores: não agüenta mais as pressões fisiológicas. No caso, seu desabafo terá representado mero comentário retórico, sem conseqüências práticas. Sabe que agüenta e mais precisará agüentar. Mas que é duro e frustrante, não duvida.

Desde seu primeiro dia na chefia do governo que Sarney perde horas incontáveis recebendo pedidos, exigências e argumentos em favor da nomeação de mil e um candidatos aos mais diversos cargos e funções de todos os escalões do serviço público e da administração indireta. Do Ministério à chefia de seções. No começo era o dr. Ulysses, meio constrangido, mas, nem por isso, menos contundente nas reivindicações que trazia das bancadas parlamentares e das bases do PMDB. O assalto ao poder precisava ser feito logo no começo da Nova República, passando-se meses durante os quais o parlamentar paulista compareceria aos palácios da Alvorada e do Planalto com intermináveis listas de nomeações. O PFL não ficava atrás, só para falar do plano partidário, porque de outros setores também choviam "sugestões". Os amigos, os intelectuais, o pessoal do Maranhão e do Nordeste, os empresários e tantos mais.

Bastava anunciar a presença dos dirigentes partidários e de certas pessoas, em sua ante-sala, para o presidente comentar, antes de ouvir e atender: "Lá vem mais fisiologismo". Certa tarde, lembrou haver lido, mentiroso ainda, uma das raras queixas que Getúlio Vargas deixou transparecer em sua longa passagem pela Presidência. A um jornalista amigo o ditador pediu que permanecesse em seu gabinete para assistir à audiência pública daquela semana. Queria mostrar que 90% das pessoas pediram alguma coisa, favor ou nomeação, e os 10% restantes eram loucos, sugerindo as idéias mais estapafúrdias. Não deu outra coisa, tendo Vargas comentado, ao final: "E ainda brigam para sentar-se nesta cadeira..."

Com todos os presidentes acontece o mesmo, inclusive os generais, que enfrentaram auditório diverso, geralmente não político, mas igualmente ávido das benesses do poder. Só que com Sarney está demais, conforme ele vem registrando. Questões graves e delicadas são vistas pela maioria de seus interlocutores exclusivamente pelo ângulo fisiológico.

Tome-se esta semana. Depois da ebulição havida na convenção do PMDB, e diante da perspectiva de precisar remodelar ou passar a limpo o esquema de sustentação política de sua administração, o presidente enfrentou as seguintes exigências:

Dos setores liberais e moderados do PMDB, quarta-feira, ouviu pedido de urgência na demissão de quatro ministros peemedebistas, mais o preenchimento de diretorias da Caixa Econômica Federal, do

Banco do Brasil e do BNDES, além de vasta cota de cargos federais nos segundo e terceiro escalões. Seria essa a garantia de um respaldo firme do Centro Democrático: a demissão dos cidadãos propostos pelos grupos rebelados durante a convenção e sua substituição por indicados dele. Levados pelo líder Carlos Sant'Anna para o café da manhã no Alvorada, primeiro, e para o jantar, depois, representantes dos moderados e dos liberais conversaram a maior parte do tempo sobre nomeações. Crise econômica, Plano Bresser, Constituinte, retomada do desenvolvimento e reformas ficaram, como têm ficado, para as calendas.

Dos líderes José Lourenço e Carlos Chiarelli, do PFL, falando pela maioria de seus deputados e senadores, ontem, recebeu ultimato no sentido de livrar-se de sete ministros do PMDB ou assistir à legenda liberal desligar-se do governo. Afinal, os liberais apóiam o Palácio do Planalto em gênero, número e grau, e continuam vendo o PMDB ocupar os principais postos da administração federal. Solidariedade, só com a contrapartida fisiológica. Senão, rompimento.

Dos governadores, segunda-feira, veio a cobrança. Pelo telefone e pessoalmente, depois da convenção peemedebista, o presidente ouviu de muitos deles a tradicional solicitação de verbas e recursos, e, também, de lugares no governo, do Ministério às direções das companhias estatais. Afinal, disseram-lhe, não fosse o trabalho do conjunto diante dos convencionais e teria vencido a corrente favorável às eleições diretas no ano que vem.

Até de ministros, ontem e anteontem, recebeu ponderações no sentido de protelar a assinatura dos decretos que vão proibir novas contratações, nomeações e promoções no serviço público. Reclamaram ter a idéia partido de Bresser Pereira, responsável pela inclusão de mais 1.700 pessoas nos quadros do Ministério da Fazenda, há poucas semanas. Só depois ele sugeriu a contenção. Por que não aguardar até que todos tenham, se não o mesmo direito, ao menos percentuais razoáveis de nomeações?

Como político, Sarney compreende a necessidade de atender a reivindicações assim, mas espanta-se diante do acentuado volume e do seu sentido específico de barganha. Só o apóiam se conceder estes ou aqueles favores. Deixarão de apoiá-lo se não ampliar tal ou qual faixa de participação fisiológica. Acresce que em raríssimos momentos levam-lhe nomes em condições de exercer funções por conta do preparo, da capacidade ou da experiência possuída. Querem os cargos para aquilhoar amigos, parentes, cabos eleitorais e cidadãos que lhes reforcem a posição política e até pessoal.

Por tudo isso, o governo Sarney é menos do próprio do que das forças conflitantes dispostas ao seu redor. Não exprime as intenções, nem se comporta como o presidente desejaria. Suas determinações diluem-se quando começam a tramitar nas estruturas e dificilmente chegam à ponta da linha. Mas quem passará à História como tendo obtido sucesso, ou malogrado, é ele. Só ele.

C.C.